



PODER JUDICIÁRIO

TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

Registro: 2025.0000277653

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos estes autos de Agravo de Instrumento nº 2001182-16.2025.8.26.0000, da Comarca de Lorena, em que é agravante ROSA MARIA DE ASSIS, são agravados SÃO PAULO PREVIDÊNCIA - SPPREV e ESTADO DE SÃO PAULO.

ACORDAM, em sessão permanente e virtual da 12ª Câmara de Direito Público do Tribunal de Justiça de São Paulo, proferir a seguinte decisão: **Deram provimento ao recurso. V. U.**, de conformidade com o voto do relator, que integra este acórdão.

O julgamento teve a participação dos Desembargadores EDSON FERREIRA (Presidente), SOUZA MEIRELLES E SOUZA NERY.

São Paulo, 24 de março de 2025.

EDSON FERREIRA

Relator

Assinatura Eletrônica



VOTO Nº 46332

AGRAVO DE INSTRUMENTO Nº 2001182-16.2025.8.26.0000 (autos digitais)

COMARCA: LORENA

AGRAVANTE: ROSA MARIA DE ASSIS

AGRAVADOS: SÃO PAULO PREVIDÊNCIA – SPPREV e ESTADO DE SÃO PAULO

***AGRAVO DE INSTRUMENTO.** Gratuidade. Policial militar. Com o benefício da gratuidade em vista da renda líquida mensal de R\$ 3.880,36. Recurso provido.*

Agravo de instrumento contra decisão, proferida em 06 de dezembro de 2024, pelo eminente magistrado, Doutor Wallace Gonçalves dos Santos, em cumprimento individual de sentença proveniente de mandado de segurança coletivo, sobre diferenças de quinquênios e sexta-parte para pensionista de policial militar, que negou a gratuidade e determinou o recolhimento das custas em quinze dias, origem, fls. 119/120.

Busca a agravante o benefício da gratuidade.

Recurso respondido.

É o relatório.

Mandado de Segurança Coletivo, cumprimento individual de sentença, policial militar, diferenças de quinquênios e sexta-parte, gratuidade.

Com o benefício da gratuidade em vista da renda líquida mensal de R\$ 3.880,36, origem, fls. 10, que pode ser integralmente absorvida com a satisfação das necessidades básicas e essenciais com habitação, vestuário, alimentação, educação, saúde e transporte, por isso não inafirmando a declaração de falta de condições para custear as despesas do processo sem prejuízo desses encargos.

Para tanto, **DÁ-SE** provimento ao recurso.

Não comportando sustentação oral, eventuais embargos de declaração serão julgados em ambiente virtual, na forma da Resolução 549/2011 desta Corte, redação atual.

EDSON FERREIRA DA SILVA
Relator